

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Contexto operacional

A Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca - BA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F BOVESPA). Sua controladora é a Fundação José Carvalho. A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização dos diversos tipos de ferroligas; a pesquisa e exploração de jazidas e beneficiamento de minérios para consumo próprio, para industrialização e comercialização; fabricação e comercialização de cal virgem e cal hidratada; a elaboração, execução e administração de projetos de florestamento, reflorestamento, silvicultura e manejo sustentável, incluindo-se planos de proteção ambiental, visando a obtenção de madeiras para uso próprio ou comercialização; a transformação de florestas em carvão vegetal; aproveitamento econômico de resíduos sólidos gerados no processo de fabricação do ferroligas, incluindo-se a produção e comercialização de brita de escória, para a construção civil e asfalto a frio; estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente se relacione com seu objeto, inclusive, mediante participações em outras companhias, como acionista ou quotista.

A Companhia possui controladas nas áreas de mineração, ferroligas de silício, florestamento e reflorestamento, cujas atividades estão arrendadas à Companhia, conforme demonstrado na Nota 12.

A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox 44,32% (2012 - 41,70%), Marubeni STD 6,97% (2012 - 11,15%) e Gerdau 8,97% (2012 - 9,57%), respectivamente do total da receita de vendas de ferroligas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para certos ativos e passivos financeiros e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.24.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido do exercício, nos exercícios apresentados, razão pela qual não está sendo apresentada uma demonstração do resultado abrangente.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso de Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2014.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo diretor-presidente.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, para os itens que são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Resultado financeiro".

2.5 Reapresentação das cifras comparativas – Demonstração do Valor Adicionado

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, as Demonstrações do Valor Adicionado, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reapresentadas, para correção de erro na classificação e mensuração de determinados itens desta demonstração.

A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reapresentados, está demonstrada a seguir:

	(Publicado)	Ajuste	Controladora (Reapresentado)	(Publicado)	Ajuste	Consolidado (Reapresentado)
Receita de vendas e outras	859.754		859.754	859.754		859.754
Insumos adquiridos de terceiros	(388.323)	(78.403)	(466.726)	(387.824)	(78.403)	(466.227)
Valor adicionado bruto	471.431	(78.403)	393.028	471.930	(78.403)	393.527
Depreciações, amortizações e exaustões	(56.059)		(56.059)	(56.294)		(56.294)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	415.372	(78.403)	336.969	415.636	(78.403)	337.233
Valor adicionado recebido em transferência	30.809		30.809	32.017		32.017
Valor adicionado total a distribuir	446.181	(78.403)	367.778	447.653	(78.403)	369.250
Distribuição do valor adicionado						
Empregados	182.042	(19.568)	162.474	182.073	(19.568)	162.505
Impostos, taxas e contribuições	174.306	(58.835)	115.471	175.505	(58.835)	116.670
Remuneração de capitais de terceiros	4.507		4.507	4.531		4.531
Acionistas	18.841	1.914	20.755	18.841	1.965	20.806
Lucros retidos	66.485	(1.914)	64.571	66.485	(1.914)	64.571
Participação dos não controladores				218	(51)	167
Valor adicionado distribuído	446.181	(78.403)	367.778	447.653	(78.403)	369.250

Não houve qualquer impacto no balanço patrimonial, demonstração do resultado, fluxo de caixa ou movimentação do patrimônio líquido de 2012.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

São mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o "Contas a receber de clientes" (Nota 7), "Depósitos judiciais" (Nota 11) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 5) e "Aplicações financeiras não circulantes" (Nota 6).

(c) Ativos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado. Os ativos mantidos até o vencimento da Companhia compreendem, aplicação financeira vinculada a uma carta fiança emitida para NC Energia, a qual estará restrita até o vencimento.

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8 Contas a receber de clientes

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras, ajustados por provisão para perda, se necessária.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis; e valor justo dos ativos biológicos menos despesas de vendas, na data do corte, sendo inferior aos valores de realização, líquidos dos custos de venda.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- Estoques de materiais para manutenção e consumo - custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulante ou não circulante, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.6 Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. As empresas controladas incluídas na consolidação estão apresentadas a seguir:

Controlada	País	Percentual de participação	
		Capital total e votante	
		2013	2012
Mineração Vale do Jacurici S.A.	Brasil	100	100
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Brasil	99,96	99,96
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Brasil	100	100
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Brasil	51,26	51,26
Sociedades em conta de participação - Pontes I	Brasil	80,18	80,18

Transações entre as empresas controladas, bem como os saldos e os ganhos não realizados nessas operações, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidência de uma perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Outras informações sobre as investidas estão apresentadas na Nota 12.

2.11 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 13.1.

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da sua vida útil restante do ativo relacionado.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e que são destinados para produção de carvão vegetal (matéria-prima utilizada na produção de ferroligas) quando colhidos ou para negociação com terceiros. O processo de colheita e rebrota ou replantio tem um ciclo aproximado de 6 a 12 anos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 14.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, a variação (ganho ou perda) do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, na linha específica de "Variação de valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos no desenvolvimento dos ativos biológicos, as perdas e os ativos biológicos colhidos no exercício.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço de venda de madeira na região, através de transações observáveis. Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região

2.14 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas às taxas de 20% a.a. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são registrados no resultado do exercício como despesa, à medida que são incorridos.

2.15 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos, quando aplicável.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.16.1 Provisão para passivo ambiental

Os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para passivo ambiental. As obrigações consistem principalmente de custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo depreciado pelo período de vida útil deste.

2.16.2 Provisão para contingências

São constituídas para todas as causas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17 Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

2.18.1 Corrente e diferido

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos, inclusive no Regime Tributário de Transição (RTT) como: custo atribuído dos ativos imobilizados (terrenos) e mensuração dos ativos biológicos a valor justo e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Medida Provisória nº 627 de 2013

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP nº 627 que trouxe diversas providências, dentre as quais destacamos as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSL; (iii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da MP indicadas nos itens (i) a (iii) acima entram em vigor a partir de 2015. Entretanto, a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Em que pese existir uma tendência da Companhia manifestar-se pela referida adoção antecipada, a decisão final sobre o efetivo exercício de tal opção será tomada quando da conversão do texto final da MP em lei.

A Companhia avaliou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação antecipada das referidas disposições da MP e concluiu que a futura decisão não resultará em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18.2 Imposto de renda sobre o lucro da exploração

Em função da modernização de empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), extinta Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), a Companhia pleiteou o reconhecimento de benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, tendo em vista o término deste incentivo. Em 27 de dezembro de 2006, foi expedido Laudo Constitutivo de nº 301/2006, relativo à concessão de incentivos fiscais, na fabricação de ferroligas e seus subprodutos, pelo prazo de dez anos retroativos a 2006.

Posteriormente, em 27 de maio de 2008, foi também expedido Laudo Constitutivo de nº 0072/2008, relativo à concessão de incentivos fiscais, na extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de dez anos retroativos a 2008.

A Companhia protocolou junto à Secretaria da Receita Federal em 17 de janeiro de 2007, processo nº 13502.00046/2007-02 e em 30 de junho de 2008, processo nº 13502.001113/2008-89, visando aos reconhecimentos dos direitos de redução do referido incentivo, concedido pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), para o qual obteve homologação tácita.

Desta forma, a Companhia passou a possuir incentivos da seguinte forma:

- . Fabricação de ferroligas e seus subprodutos com redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de dez anos retroativos a 2006.
- . Extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de dez anos retroativos a 2008.

Com a promulgação da Lei nº 11.638/07 vigente a partir de 1º de janeiro de 2008 e conforme Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, este incentivo passou a ser reconhecido no resultado do exercício, diretamente na rubrica de despesa com imposto de renda em contrapartida no passivo circulante. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal).

2.19 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DENSENVOLVE", conforme apresentado a seguir:

Em 7 e 8 de outubro de 2006, foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), a Resolução nº 70/2006, do Conselho Deliberativo do DENSENVOLVE, que retifica e ratifica a Resolução nº 131, de 26 de abril de 2005, que habilitou *ad referendum* do Plenário ao estabelecimento-sede localizado em Pojuca, concedendo-lhe os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DENSENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, nos seguintes termos:

- . Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.
- . Fixar a parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 1.911 , corrigido este valor a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M. Esta parcela atualizada para 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 2.977.
- . Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.
- . Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 65% (sessenta e cinco por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.

No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes à título de ICMS.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi registrada nos resultados dos exercícios de 2013 e de 2012 e está mencionada na Nota 22.

2.20 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre empresas controladas.

2.20.1 Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- . A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- . A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- . O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- . É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- . Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 24.

2.22 Plano de aposentadoria complementar

Plano de contribuição definida, no qual a Companhia paga contribuições em base compulsória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são incorridos e são incluídos como benefícios a empregados.

2.23 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto e somente é provisionado na data em que aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.24 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por região. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. As premissas utilizadas estão divulgadas na Nota 14 (a).

(ii) Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

A Companhia verifica se há indicadores que o ativo não financeiro ou grupo de ativos não financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos não financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo não financeiro ou grupo de ativos não financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

identificados pela Administração perdas de *impairment* para ativos não financeiros.

A vida útil do imobilizado é revisada anualmente pela Companhia, cuja análise, efetuada em 31 de dezembro de 2013, não indicou a necessidade de mudança em relação ao praticado em 2012.

(iii) Provisão para causas judiciais e créditos fiscais

A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 19. A Companhia provisiona os valores relacionados às causas judiciais em que suas chances de perda, de acordo com a avaliação da Administração considerando a posição e suporte de seus assessores externos e internos, são prováveis. A Administração da Companhia acredita que suas avaliações, baseada na opinião desses assessores, são apropriadas e razoáveis, embora possa diferir dos resultados efetivos, quando apurados.

Adicionalmente, a Companhia utilizou em 2013 créditos fiscais extemporâneos de ICMS, PIS e COFINS relativos às aquisições de combustíveis, lubrificantes e materiais de manutenção de máquinas e equipamentos e outros, no período compreendido entre abril de 2006 e setembro de 2011, baseado em análise da Administração e validado por assessores jurídicos externos, conforme mencionado na Nota 8.

(iv) Provisão para passivo ambiental

Conforme mencionado na Nota 18, a Companhia constituiu provisão para a recuperação das minas, considerando as estimativas de desembolsos, com base em estudos efetuados.

A Companhia considera as estimativas dos custos de encerramento das minas como uma prática contábil crítica por envolver valores relevantes de provisão, bem como de se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

(v) Incentivos fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 2.19, a Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedidos pelo Governo do Estado da Bahia. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em ações diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras e em 31 de dezembro de 2013 a Companhia auferiu benefício do ICMS Desenvolve no montante de R\$ 16.050 (2012 - R\$ 9.010), Nota 22.

3 Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

3.1 Adoção das novas normas, alterações e interpretações de normas

Não há novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Algumas novas normas e alterações de normas e interpretações com validade para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013 foram emitidos em 2013, mas não foram aplicados na preparação dessa demonstração financeira anual. A Administração da Companhia não espera que essas novas normas e alterações de normas e interpretações produzam efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelos seguintes assuntos:

- IFRIC 21 – Tributos, a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 poderá ter impactos imateriais na classificação e avaliação dos ativos financeiros, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia está avaliando todos os impactos da norma e não se espera que haja impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Gestão de risco financeiro e de capital

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos especulativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros não derivativos e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não está operando nem negociando instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.

Contas bancárias e aplicações financeiras que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Administração.

(ii) Risco de concentração do contas a receber

A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox e Marubeny Corporation, que representam cerca de 54,36% (2012 - 53,32%) e 32,13% (2012 - 45,72%) dos faturamentos efetuados para o mercado interno e externo, respectivamente. Eventuais riscos de liquidez associados com esses clientes ou redução na demanda de ferroligas FeCrAC e FeSi75% causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

(iii) Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo indica as linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir futuramente o risco de liquidez:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valores que incluem adiantamento de contrato de câmbio, conta garantida e fianças	<u>318.681</u>	<u>316.130</u>

Não existem passivos financeiros exigíveis com mais de 360 dias.

(iv) Risco cambial

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira (contas a receber de clientes, adiantamentos de contratos de câmbio e de câmbio para exportação); consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, as transações comerciais de venda da Companhia para o mercado externo representam 21,02% (2012 - 23,78%), do total das vendas no exercício e suas vendas para o mercado interno são efetuadas com base no preço das *commodities* de ligas de cromo e ferro silício. Os valores dessas transações são baseados nas cotações do dólar, os quais podem gerar ganhos ou perdas durante o período.

(v) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, conforme demonstrado nas Notas 5 e 6, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI.

(vi) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos (contas a receber) atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2013, e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa de câmbio de 2013, o cenário II (possível) considera uma valorização do real em 25% frente ao dólar e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do real sobre a moeda estrangeira.

	<u>2013</u>		<u>Cenário I</u>		<u>Cenário II</u>		<u>Cenário III</u>	
	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>Taxa</u>	<u>Ganho/ (perda) - R\$</u>	<u>Taxa</u>	<u>Ganho/ (perda) - R\$</u>	<u>Taxa</u>	<u>Ganho/ (perda) - R\$</u>
Contas a receber	5.106	11.958	2,47	654	1,85	(2.512)	1,24	(5.627)

Sensibilidade gerada, apenas, com a oscilação cambial, desconsiderando a receita financeira no período. Fim período 2014 - BACEN-Focus, 07/02/14.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o período.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2013. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 2013 - a.a.	Cenário I provável	Cenário II redução 25%	Cenário III redução 50%
Taxa básica de juros - SELIC - %	10,00	11,25	8,44	5,63
Saldo aplicações financeiras (consolidado)	190.425	212.566	207.030	201.495
Efeito líquido no resultado		22.141	16.605	11.070

Sensibilidade gerada, apenas, com base na oscilação da taxa de juros, ou seja, desconsiderando outras variáveis sobre o saldo aplicado. Expectativa - média na taxa básica para 2014 - BACEN-Relatório Focus, 07/02/14.

4.2 Estimativa do valor justo

Valor justo dos instrumentos financeiros

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

2013	Mensuração contábil	Controladora Valor contábil	Consolidado Valor contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	794	1.028
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo (*)	87.680	115.464
Aplicações financeiras	Valor justo (*)	97.619	115.551
Aplicações financeiras	Mantida até o vencimento	738	738
Contas a receber	Custo amortizado	163.347	163.347
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3.190	3.317
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	30.884	30.863
Empréstimos	Custo amortizado	8.488	8.488

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

O valor justo dos instrumentos financeiros é substancialmente próximo ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013.

2012	Mensuração contábil	Controladora Valor contábil	Consolidado Valor contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.128	1.267
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo (*)	184.059	228.415
Aplicações financeiras	Valor justo (*)	27.707	27.707
Aplicações financeiras	Mantida até o vencimento	682	682
Contas a receber	Custo amortizado	118.517	118.517
Depósitos judiciais	Custo amortizado	2.686	2.816
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	29.705	29.729

(*) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

4.3 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na Nota 21.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	794	1.128	1.028	1.267
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras				
debêntures (i)			8.732	8.475
Certificado de Depósito				
Bancário (ii)	107	35.341	107	35.341
Fundos de investimento (iii)	87.573	148.718	106.625	184.599
	<u>88.474</u>	<u>185.187</u>	<u>116.492</u>	<u>229.682</u>

(i) Operações compromissadas em debêntures, com rendimentos em 101,00% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2012 - 101,50% do CDI), as quais são lastreadas pelo próprio banco (responsável pela recompra do título) e são resgatáveis no prazo de até 90 dias da data da aplicação.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Operações em Certificado de Depósito Interfinanceiro, cujas taxas de remuneração de 95,00% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).
- (iii) Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+1 (um dia após solicitação de resgate). As taxas de remuneração variaram de 100,35% a 112,40% (2012 - 106,80% a 134,35%) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de investimento (i)	97.619	27.707	115.551	27.707
Banco Itaú (ii) - ativo não circulante	738	682	738	682
	<u>98.357</u>	<u>28.389</u>	<u>116.289</u>	<u>28.389</u>

- (i) Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+90 ou D+120 (noventa ou cento e vinte dias após a solicitação de resgate). A taxa de remuneração varia entre 100,35% e 112,40% (2012 - 134,35%) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).
- (ii) Trata-se de aplicação financeira vinculada a uma carta fiança emitida para NC Energia, a qual estará restrita até o vencimento da fiança em 30 de dezembro de 2014. A taxa de remuneração é de 102,81% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

7 Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Mercado interno	151.389	102.782
Mercado externo	11.958	15.735
	<u>163.347</u>	<u>118.517</u>

As contas a receber de mercado externo são em U.S. dólar, as quais são convertidas para reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

(a) Concentração de clientes

A Companhia possui concentração de faturamento no cliente Aperam Inox. Os clientes cujos saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 apresentaram valores superiores a 5% são:

Cliente	Representatividade - %	
	2013	2012
Mercado interno		
Aperam Inox	71,92	59,16
Mercado externo		
Marubeni Uruguai		7,03

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Giro do contas a receber

O período médio no crédito de venda de produtos é de 50 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber com vencimento até 30 dias.

O saldo do contas a receber de clientes possui saldos vencidos para os quais a Companhia não constituiu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança na qualidade dos créditos e estes são considerados como recuperáveis.

Abaixo demonstramos o contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
A vencer	149.635	98.083
Vencidas de 0-30 dias	9.065	18.364
Vencidas de 31-60 dias	4.015	1.321
Vencidas há mais de 60 dias	632	749
	163.347	118.517

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Produtos acabados	69.590	106.743	69.590	106.743
Matérias-primas	51.219	51.350	51.272	51.403
Minérios de cromo	40.197	33.031	40.197	33.031
Materiais para manutenção e consumo	37.335	33.889	37.383	33.925
Outros	13.127	3.983	13.128	3.983
	211.468	228.996	211.570	229.085
Não circulante				
Materiais para manutenção e consumo	19.209	17.288	19.209	17.288
(-) Provisão para giro lento	(8.445)	(7.672)	(8.445)	(7.672)
	10.764	9.616	10.764	9.616
Total dos estoques	222.232	238.612	222.334	238.701

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. Os estoques de materiais de manutenção e consumo são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém provisão relacionada aos itens sem rotatividade há mais de 12 meses e outras provisões para perdas em estoques, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Saldo no início do exercício	(7.672)	(7.332)
Adições	(773)	(340)
Saldo no fim do exercício	<u>(8.445)</u>	<u>(7.672)</u>

O custo dos produtos vendidos reconhecido na demonstração do resultado inclui:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo de venda de produtos	(661.134)	(575.828)	(660.001)	(574.745)
Exaustão do ativo biológico - (parcela do <i>fair value</i>)	(13.579)	(13.150)	(13.579)	(13.150)
Reversão (provisão) para perdas em estoques	(773)	2.110	(773)	2.110
Capacidade ociosa	(1.794)	(129)	(1.794)	(129)
Realização do reinvestimento	436	436	436	436
Crédito fiscal (*)	12.563	16.088	12.563	16.088
	<u>(664.281)</u>	<u>(570.473)</u>	<u>(663.148)</u>	<u>(569.390)</u>

(*) Trata-se de créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS de aquisições de máquinas e equipamentos dos anos de 2008 a 2012, REINTEGRA e ICMS, PIS e COFINS relativos às aquisições de combustíveis, lubrificantes e materiais de manutenção de máquinas e equipamentos e outros créditos, no período compreendido entre abril de 2006 e setembro de 2011.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
COFINS a recuperar	9.842	6.242	9.863	6.265
ICMS a recuperar	1.417	5.249	1.443	5.275
PIS a recuperar	2.136		2.138	
Outros	454	1.506	487	1.118
	<u>13.849</u>	<u>12.997</u>	<u>13.931</u>	<u>12.658</u>
Não circulante				
ICMS a recuperar sobre o ativo imobilizado	6.845	5.927	6.917	5.980
PIS a recuperar			480	639
COFINS a recuperar			640	1.453
Outros			124	247
	<u>6.845</u>	<u>5.927</u>	<u>8.161</u>	<u>8.319</u>
	<u>20.694</u>	<u>18.924</u>	<u>22.092</u>	<u>20.977</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para causas judiciais	14.560	18.067	14.560	18.067
Provisão para perda nos estoques	8.445	7.672	8.445	7.672
Provisão para participação nos lucros dos funcionários	6.108	7.859	6.108	7.859
Provisão para participação nos lucros dos administradores (*)	5.455	5.098	5.455	5.098
Provisão para passivo ambiental	7.941	6.341	7.941	6.341
Outras provisões temporárias	18.015	12.113	18.015	12.122
Total base de cálculo	<u>60.524</u>	<u>57.150</u>	<u>60.524</u>	<u>57.159</u>
IRPJ diferido à alíquota de 25%	13.767	13.013	13.767	13.015
CSLL diferida à alíquota de 9%	<u>5.447</u>	<u>5.143</u>	<u>5.447</u>	<u>5.144</u>
IR/CS diferido ativo	<u>19.214</u>	<u>18.156</u>	<u>19.214</u>	<u>18.159</u>

(*) Base para CSLL diferida, no caso do IRPJ trata-se de diferença permanente.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Adoção CPC - custo atribuído - terrenos	58.810	58.810	63.385	63.385
Adoção CPC - ativos biológicos	51.581	36.893	51.581	36.893
Total base de cálculo	110.391	95.703	114.966	100.278
IRPJ diferido à alíquota de 25%	27.598	23.926	28.741	25.070
CSLL diferida à alíquota de 9%	9.935	8.613	10.347	9.024
IR/CS diferido passivo	37.533	32.539	39.088	34.094
IR/CS diferido passivo, líquido do ativo	(18.319)	(14.383)	(19.874)	(15.935)
Efeito no resultado do exercício	(3.936)	4.232	(3.939)	4.235

A Administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL - diferido	
Ano-calendário	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2014	6.750		6.750	
2015	102		102	
2016	119		119	
2017	136		136	
2018	152		152	
2019 em diante	11.955	37.533	11.955	39.088
	19.214	37.533	19.214	39.088

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas e incertezas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes quando sua efetiva realização.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	92.030	93.137	96.231	97.750
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(31.290)	(31.667)	(32.719)	(33.235)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial	887		791	
Juros sobre o capital próprio	4.706	4.706	6.406	6.406
Outros	(3.990)	(3.589)	3.180	3.186
Incentivo fiscal (SUDENE)	11.140	11.140	11.437	11.437
	<u>(18.547)</u>	<u>(19.410)</u>	<u>(10.905)</u>	<u>(12.206)</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Incentivo fiscal (SUDENE)	11.140	11.140	11.437	11.437
Corrente	(25.751)	(26.611)	(26.574)	(27.878)
Diferido	<u>(3.936)</u>	<u>(3.939)</u>	<u>4.232</u>	<u>4.235</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(18.547)</u>	<u>(19.410)</u>	<u>(10.905)</u>	<u>(12.206)</u>
Composição do imposto corrente, líquido do incentivo fiscal				
IRPJ	(8.204)	(8.802)	(8.757)	(9.685)
CSLL	<u>(6.407)</u>	<u>(6.669)</u>	<u>(6.380)</u>	<u>(6.756)</u>
	<u>(14.611)</u>	<u>(15.471)</u>	<u>(15.137)</u>	<u>(16.441)</u>

Conforme descrito na Nota 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e conforme Instrução CVM nº 469/08, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecido no resultado. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal) e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de resultado.

Em 2013 foram transferidos para a reserva de lucros (incentivo fiscal):

- (i) R\$ 11.140 - incentivo SUDENE 2013;
- (ii) R\$ 436 - reinvestimento, conforme mencionado na Nota 17.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Depósitos judiciais

Refere-se a depósitos sobre processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos. Os valores estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Depósitos trabalhistas	1.830	1.258	1.869	1.300
Outros	1.360	1.428	1.448	1.516
	<u>3.190</u>	<u>2.686</u>	<u>3.317</u>	<u>2.816</u>

12 Investimentos

	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares)		Participação no capital votante em 2013 e 2012 - %
			Ordinárias	Preferenciais	
Controladas no Brasil					
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Metalurgia	Arrendada	4.172		51,26
Mineração Vale do Jacurici S.A.	Mineração	Arrendada	8.452	8.452	100,00
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Reflorestamento	Arrendada	2.597		99,96
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Mineração	Arrendada	1.857		100,00
Sociedade por conta de participação Projetos Pontes I	Reflorestamento	Inativa			

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos em controladas e sociedade por conta de participação apresentada nas demonstrações financeiras individuais é como segue:

	Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. Silbasa	Mineração Vale do Jacurici S.A.	Reflora Reflorestadora e Agrícola S.A.	Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Projeto Pontes I	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.056	38.919	3.076	1.634	10	47.695
Dividendos	(55)	(469)				(524)
Equivalência patrimonial	228	1.975	76	48		2.327
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.229	40.425	3.152	1.682	10	49.498
Dividendos	(62)	(1.275)				(1.337)
Equivalência patrimonial	258	2.434	(145)	62		2.609
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.425	41.584	3.007	1.744	10	50.770

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

	Participação - %	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido (PL) ajustado	Receitas	Despesas	Lucro ou (prejuízo) ajustado	Participação da Companhia no PL das investidas	Participação da Companhia no resultado das investidas (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2012									
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – Silbasa	51,26	8.422	172	8.250	1.267	(821)	446	4.229	228
Mineração Vale do Jacurici S.A.	100	42.360	1.936	40.424	3.195	(1.221)	1.974	40.425	1.975
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	99,96	3.158	4	3.154	209	(133)	76	3.152	76
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	100	1.934	252	1.682	105	(57)	48	1.682	48
Projeto Pontes I	80,18	21	9	12				10	
								49.498	2.327
31 de dezembro de 2013									
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – Silbasa	51,26	8.778	145	8.633	1.229	(725)	504	4.425	258
Mineração Vale do Jacurici S.A.	100	42.991	1.407	41.584	3.379	(945)	2.434	41.584	2.434
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	99,96	3.008		3.008	191	(338)	(147)	3.007	(145)
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	100	2.004	259	1.745	106	(44)	62	1.744	62
Projeto Pontes I	80,18	21	9	12				10	
								50.770	2.609

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, breve comentário sobre as controladas no que se refere a objeto social e situação de arrendamento com a Companhia:

(a) Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa ("Silbasa")

A Silbasa é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca - BA, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferro silício de alta pureza e similares, outras atividades afins e correlatas que sejam consideradas de interesse da Companhia, por decisão da Assembleia Geral. Seu prazo de duração é indeterminado. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato de arrendamento é renovado anualmente.

(b) Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici")

A Jacurici é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra de substâncias minerais, preferencialmente de cromo; beneficiamento, comercialização e exportação de minérios, notadamente o cromo; outras quaisquer atividades afins ou correlatas com os seus objetivos essenciais, e que, a juízo de sua diretoria executiva sejam consideradas de interesse da mesma. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado à Companhia, seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

(c) Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora")

Tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de florestamento e/ou reflorestamento, bem como, a produção de carvão vegetal, em conformidade com a legislação brasileira que regula a espécie. Desde novembro de 1997 a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

(d) Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal")

Tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas minerais em todo o território nacional, beneficiamento, industrialização e comercialização de minérios, inclusive importação e exportação, comercialização e representação de minérios, bem como, a participação em outras Companhias como quotista ou acionista. A Companhia poderá ainda dedicar-se a atividades de reflorestamento, silvicultura e fabricação de carvão vegetal, para consumo próprio ou comercialização, obedecidas as disposições legais pertinentes. Desde novembro de 1997 a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

13 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Terrenos	113.604	108.024	118.925	113.345
Edificações	67.915	30.348	69.264	31.862
Máquinas e equipamentos	179.787	136.819	180.044	137.110
Veículos e tratores	20.418	14.247	20.418	14.261
Móveis e utensílios	2.551	2.846	2.551	2.846
Informática	1.537	1.186	1.556	1.195
Jazidas (Nota 13.3)	34.314	30.989	34.314	30.989
Provisão para fechamento de minas (Nota 13.4)	6.131	6.437	6.131	6.437
Pecas	625	839	625	839
Imobilizações em andamento e outras	111.144	160.070	112.557	160.958
	<u>538.026</u>	<u>491.805</u>	<u>546.385</u>	<u>499.842</u>

Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora										
	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos e tratores</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Informática</u>	<u>Jazidas</u>	<u>Fechamento da mina</u>	<u>Partes e peças</u>	<u>Imobilizações em andamento e outros</u>	<u>Total</u>
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2012	94.351	50.396	264.000	49.043	5.928	5.286	38.681	8.936	1.479	114.050	632.150
Adições	460		7.827	4.707	627	536	9.067	243		76.699	100.166
Baixas			(56)	(814)		(7)					(877)
Transferências	<u>13.213</u>	<u>4.854</u>	<u>11.876</u>	<u>736</u>						<u>(30.679)</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108.024	55.250	283.647	53.672	6.555	5.815	47.748	9.179	1.479	160.070	731.439
Adições	1.721	11	7.213	10.636	213	440	7.772			53.530	81.536
Baixas			(737)	(2.615)	(1)						(3.353)
Transferências	3.859	40.168	57.206	938		285				(102.456)	
Ajustes/Reclassificações						(497)		644			147
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>113.604</u>	<u>95.429</u>	<u>347.329</u>	<u>62.631</u>	<u>6.767</u>	<u>6.043</u>	<u>55.520</u>	<u>9.823</u>	<u>1.479</u>	<u>111.144</u>	<u>809.769</u>
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 1º de janeiro de 2012		(23.281)	(129.999)	(36.387)	(3.227)	(4.069)	(13.058)	(1.852)	(426)		(212.299)
Despesa de depreciação e exaustão		(1.621)	(17.316)	(3.724)	(482)	(563)	(3.701)	(890)	(214)		(28.511)
Baixas			50	686		3					739
Amortização reinvestimento			<u>437</u>								<u>437</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(24.902)	(146.828)	(39.425)	(3.709)	(4.629)	(16.759)	(2.742)	(640)		(239.634)
Despesa de depreciação e exaustão		(2.612)	(21.524)	(5.341)	(507)	(450)	(4.447)	(950)	(214)		(36.045)
Baixas			374	2.553							2.927
Ajustes/Reclassificações						573					573
Amortização reinvestimento			<u>436</u>								<u>436</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>(27.514)</u>	<u>(167.542)</u>	<u>(42.213)</u>	<u>(4.216)</u>	<u>(4.506)</u>	<u>(21.206)</u>	<u>(3.692)</u>	<u>(854)</u>		<u>(271.743)</u>
Saldos líquidos em											
1º de janeiro de 2012	<u>94.351</u>	<u>27.115</u>	<u>134.001</u>	<u>12.656</u>	<u>2.701</u>	<u>1.217</u>	<u>25.623</u>	<u>7.084</u>	<u>1.053</u>	<u>114.050</u>	<u>419.851</u>
31 de dezembro de 2012	<u>108.024</u>	<u>30.348</u>	<u>136.819</u>	<u>14.247</u>	<u>2.846</u>	<u>1.186</u>	<u>30.989</u>	<u>6.437</u>	<u>839</u>	<u>160.070</u>	<u>491.805</u>
31 de dezembro de 2013	<u>113.604</u>	<u>67.915</u>	<u>179.787</u>	<u>20.418</u>	<u>2.551</u>	<u>1.537</u>	<u>34.314</u>	<u>6.131</u>	<u>625</u>	<u>111.144</u>	<u>538.026</u>

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Jazidas	Fechamento da mina	Partes e peças	Imobilizações em andamento e outros	Total
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2012	99.672	54.744	270.569	58.270	5.992	5.505	38.681	8.936	1.479	114.815	658.663
Adições	460		7.827	4.707	627	536	9.067	243		76.822	100.289
Baixas			(56)	(949)		(7)					(1.012)
Transferências	13.213	4.854	11.876	736						(30.679)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	113.345	59.598	290.216	62.764	6.619	6.034	47.748	9.179	1.479	160.958	757.940
Adições	1.721	11	7.213	10.636	213	453	7.772			54.055	82.074
Baixas			(763)	(2.920)	(1)						(3.684)
Transferências	3.859	40.168	57.206	938		285				(102.456)	
Ajustes/Reclassificações						(497)		644			147
Saldo em 31 de dezembro de 2013	118.925	99.777	353.872	71.418	6.831	6.275	55.520	9.823	1.479	112.557	836.477
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 1º de janeiro de 2012		(25.943)	(136.238)	(45.576)	(3.291)	(4.279)	(13.058)	(1.852)	(426)		(230.663)
Despesa de depreciação e exaustão		(1.793)	(17.355)	(3.748)	(482)	(563)	(3.701)	(890)	(214)		(28.746)
Baixas			50	821		3					874
Amortização reinvestimento			437								437
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(27.736)	(153.106)	(48.503)	(3.773)	(4.839)	(16.759)	(2.742)	(640)		(258.098)
Despesa de depreciação e exaustão		(2.777)	(21.558)	(5.355)	(507)	(453)	(4.447)	(950)	(214)		(36.261)
Baixas			400	2.858							3.258
Ajustes/Reclassificações						573					573
Amortização reinvestimento			436								436
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(30.513)	(173.828)	(51.000)	(4.280)	(4.719)	(21.206)	(3.692)	(854)		(290.092)
Saldos líquidos em											
1º de janeiro de 2012	99.672	28.801	134.331	12.694	2.701	1.226	25.623	7.084	1.053	114.815	428.000
31 de dezembro de 2012	113.345	31.862	137.110	14.261	2.846	1.195	30.989	6.437	839	160.958	499.842
31 de dezembro de 2013	118.925	69.264	180.044	20.418	2.551	1.556	34.314	6.131	625	112.557	546.385

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.1 Depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2013, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	<u>Taxa 2013 - %</u>
Máquinas e equipamentos	7,1
Veículos e tratores	14,38
Edificações	4
Móveis e utensílios	10
Informática	20
Outros	9 a 17

A depreciação do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção.

13.2 Terrenos

Referem-se principalmente a terras destinadas às atividades de plantio de florestas, conforme mencionado na Nota 14.

A Companhia e suas controladas possuem ações na qual figuram com autoras solicitando reintegração ou manutenção de posse em área equivalente a 6.387 hectares, a qual se encontra registrada no ativo imobilizado. Terceiros estão questionando a posse de tais terras e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que as expectativas de manutenção da posse são prováveis, a Companhia e controladas não registraram perda relacionada a este ativo.

A Companhia possui ainda quatro ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sendo que três encontram-se em fase de discussão judicial (valor das indenizações) e uma está em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA's).

13.3 Jazidas

Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas.

A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

13.4 Provisão para fechamento de minas

Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.

13.5 Imobilizações em andamento

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de imobilizações em andamento referem-se a projetos nas áreas de mineração e metalurgia, principalmente sistema de despoeiramento dos fornos, tratamento de efluentes, dentre outros.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.6 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que requeiram reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2013, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração.

13.7 Bens dados em garantia

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 2.014 (2012 - R\$ 2.651), líquidos de depreciação.

14 Ativo biológico

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Custo de formação	123.508	115.056
Ajuste a valor justo	<u>51.581</u>	<u>36.893</u>
	<u>175.089</u>	<u>151.949</u>

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para transformação em carvão, o qual é utilizado no processo produtivo das ligas de ferro cromo e silício. A Companhia possui a área total de 64.070 hectares (*) em 31 de dezembro de 2013 e em 2012, sendo que 25.188 hectares (*) (2012 - 24.908) estavam plantados com florestas de eucaliptos, considerando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento a legislação ambiental brasileira.

(*) Informações não auditadas.

A Companhia não possui ativos biológicos dados em garantia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo considerando as seguintes premissas em sua apuração:

- . A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde ao valor descontado da projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. As principais premissas utilizadas no fluxo de caixa descontado são:

.. Entradas de caixa

As entradas de caixa são obtidas pela multiplicação dos volumes de madeira em pé pelos preços líquidos de venda, os quais são determinados da seguinte forma:

- ... Volume de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhido foi determinado com base na produtividade média de cada unidade florestal (fazendas plantadas em um mesmo ano) no ano de sua colheita. A produtividade de cada unidade varia em função do material genético, das condições edafoclimáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais. A produtividade nas unidades é estimada por um inventário anual (Inventário florestal contínuo) que permite conhecer o volume de madeira em pé, bem como do índice médio de crescimento (IMA), o qual é base para estimar o volume de madeira a ser obtido na idade de corte, que atualmente é de sete anos.
- ... Os preços líquidos de venda da madeira, denominados em R\$/metro cúbico, são obtidos através de pesquisas de preço de mercado disponíveis, os quais são convertidos para metros estéreis.

.. Saídas de caixa

As saídas de caixa referem-se aos gastos futuros necessários para a manutenção e crescimento das florestas e são compostos por:

- ... custos necessários para a transformação biológica das florestas (crescimento) até atingirem seu ponto de venda ou consumo, tais como fertilizantes, herbicidas, fumicidas, manutenção de aceiros e estradas, etc.;
 - ... custos de capital compostos por custo de arrendamento da terra e de máquinas e implementos agrícolas necessários à manutenção das florestas.
- (i) Os fluxos de caixa são descontados a valor presente utilizando-se a taxa de 9,70% a.a. em 31 de dezembro de 2013 e 7,32% em 2012, que correspondem ao custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* (WACC)) da Companhia, o qual é revisado pela Administração.
- (ii) Considerando que o modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro, a taxa de desconto utilizada também considera os benefícios tributários.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) O valor justo dos ativos biológicos maduros (florestas formadas) é determinado com base na multiplicação do volume existente em metros estéreis em cada data-base de avaliação pelo preço líquido de venda.
- (iv) A Companhia definiu por efetuar o cálculo do valor justo de seus ativos biológicos anualmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Área de efetivo plantio (hectare) (*)	25.188	24.908
Incremento médio anual (IMA) - estéreis/hectare/ano (*)	58,74	64,85
Taxa de desconto - % (*)	9,70%	7,32%

A variação positiva do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício de 2013 é justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$ 25.434. As mudanças no valor justo dos ativos biológicos são reconhecidas no resultado do exercício, na linha de "Variação do valor justo dos ativos biológicos"

(*) Informações não auditadas.

(b) Reconciliação das variações de valor justo

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2012	140.264
Gastos com novos plantios e manutenção	23.013
Corte (exaustão)	(13.262)
Variação do valor justo por:	
Corte (exaustão)	(14.448)
Preço	(15.386)
Volume	31.768
Saldo em 31 de dezembro de 2012	151.949
Gastos com novos plantios e manutenção	17.772
Corte (exaustão)	(9.320)
Variação do valor justo por:	
Corte (exaustão)	(10.746)
Preço	25.121
Volume	313
Saldo em 31 de dezembro de 2013	175.089

A exaustão dos ativos biológicos do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção da lenha, e na cadeia produtiva do carvão que é insumo para a produção das ferroligas.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Energia	13.055	15.127	13.055	15.127
Matéria-prima e insumos	9.731	8.988	9.731	8.988
Outros fornecedores	8.098	5.590	8.077	5.614
	<u>30.884</u>	<u>29.705</u>	<u>30.863</u>	<u>29.729</u>

16 Obrigações trabalhistas e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e encargos	11.405	9.875	11.419	9.878
Provisões trabalhistas e encargos	16.237	14.567	16.237	14.567
Participações nos lucros	11.563	12.957	11.563	12.957
	<u>39.205</u>	<u>37.399</u>	<u>39.219</u>	<u>37.402</u>

17 Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Imposto de renda			14	63
Contribuição social sobre o lucro líquido	134		139	23
IPI	2.596	984	2.596	984
ICMS	3.604	1.483	3.604	1.483
IRRF a recolher	1.376	1.250	1.381	1.250
PIS e COFINS	1.583		1.594	
Outros	152	798	160	814
	<u>9.445</u>	<u>4.515</u>	<u>9.488</u>	<u>4.617</u>
Não circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica (i)	2.411	1.723	2.411	1.723
PIS e COFINS	6.051	4.902	6.138	4.989
Desenvolve	159		159	
	<u>8.621</u>	<u>6.625</u>	<u>8.708</u>	<u>6.712</u>
	<u>18.066</u>	<u>11.140</u>	<u>18.196</u>	<u>11.329</u>

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda/depósito para reinvestimento

Estão registrados na rubrica "Incentivos fiscais" os valores a título de incentivo fiscal de reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto de renda devido nos anos calendário 2007 e 2008, em contrapartida dos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), atendendo ao que dispõe o artigo 19º da Lei nº 8.167/91 ou artigo 4º da Lei nº 8.191, com as alterações introduzidas pelo artigo 2º da Lei nº 9.532/97, devidamente regulamentado pelo artigo 27º da Portaria nº 855/94, da SUDENE, pelo Decreto nº 4.213/02, e pelos artigos 1º ao 3º, da Medida Provisória nº 2.199/01.

Em junho de 2010, houve a aprovação de projetos dos anos calendários 2007/2008 no valor de R\$ 4.796 que foram capitalizados no ativo imobilizado. Por se tratar de uma subvenção governamental cuja principal condição consistia na compra, construção ou aquisição de ativos não circulantes pela Companhia, este valor foi reconhecido como uma receita diferida registrada na rubrica "máquinas e equipamentos" no ativo imobilizado e está sendo transferida para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos correspondentes ativos adquiridos. A amortização desta subvenção no exercício totalizou R\$ 436 em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, cuja contrapartida do imobilizado foi o custo dos produtos vendidos.

18 Provisão para passivo ambiental

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. Desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.

A Administração da Companhia constituiu estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de suas minas, considerando as seguintes premissas:

- (a) Foram considerados os gastos futuros com remoção de material no subsolo, demolição de construções, carregamento e transporte dos resíduos e recuperação ambiental.
- (b) Não incorrerão na maioria destes custos por vários anos, o que requer estimativas para longo prazo e por isso, as estimativas de custos com abandono continuarão a ser revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.
- (c) As leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetam as operações poderão mudar e, em qualquer hipótese, poderão ter desvios dos planos atuais de lavra.
- (d) O cálculo do valor de mercado da obrigação para desmobilização de ativos requer que a Companhia assuma premissas para projetar os fluxos de caixa, assim como estimativas de taxas de inflação, para determinar a taxa de juros de crédito livre de risco e determinar prêmios sobre riscos de mercado aplicáveis às operações. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 9,7% a.a.

No exercício de 2013 a Companhia procedeu a revisão das estimativas e atualizou os saldos passivos com base na variação do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir demonstramos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2012	11.494
Adição	251
Baixa	(455)
Atualização	904
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.194
Adição	644
Baixa	(39)
Atualização	688
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.487

19 Provisão para contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Classificação dos processos, valores em 31 de dezembro de 2013

	Controladora e Consolidado		
	Possível	Provável	Total
Administrativas e fiscais	184.734	11.066	195.800
Trabalhistas	5.099	2.014	7.113
Cíveis	2.756	1.480	4.236
	192.589	14.560	207.149

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por posição de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Administrativas e fiscais	11.066	12.153
Trabalhistas	2.014	3.210
Cíveis e penais	1.480	2.704
	14.560	18.067

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Administrativas e fiscais	Cíveis e penais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	2.807	10.634	1.099	14.540
Novos processos/complementos	1.687	1.519	1.605	4.811
Baixa por pagamento	(1.284)			(1.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.210	12.153	2.704	18.067
Novos processos/complementos	209	1.196		1.405
Reversões		(3.846)	(1.224)	(5.070)
Baixa por pagamento	(1.405)			(1.405)
Atualizações monetárias		1.563		1.563
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.014	11.066	1.480	14.560

Comentários sobre os passivos contingentes com perdas prováveis e possíveis estão apresentadas a seguir:

19.1 Passivos contingentes com expectativa de perdas prováveis

a) Processos de Natureza Tributária

		Controladora e Consolidado	
		2013	2012
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Florestais	(a.1)	7.295	5.732
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(a.2)	1.071	1.330
PIS - Programa Integração Social	(a.2)	261	118
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro Líquido	(a.3)	355	2.728
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços	(a.4)	91	605
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	(a.5)	720	
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa jurídica	(a.5)		716
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	(a.5)	135	
		9.928	11.229

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.1) Notificações fiscais de lançamento de débito - CFEM

A Companhia, como arrendatária ou titular de direitos minerários, foi notificada em junho de 2007 pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para quitar suposto débito por recolhimento inadequado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) (notificações fiscais de lançamento de débito nos 19 a 23/2007), relativo aos processos DNPM nº 971.134/2006, 971.135/2006, 971.136/2006, 971.137/2006 e 971.138/2006.

A Companhia apresentou suas defesas administrativas requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança, o que não foi acatado pelo Superintendente do DNPM/BA, em dezembro de 2010, o qual sugeriu pela manutenção integral das NFLDs.

Os valores atualizados das notificações montam a R\$ 77.905 em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 73.826).

As notificações não contemplam deduções de depósitos judiciais e de determinados recolhimentos efetuados pela Companhia ao longo dos anos citados.

Baseada na posição de seus assessores jurídicos, considerando parte prescricional do período notificado, a Companhia tem prognóstico de êxito parcial na esfera judicial e efetuou provisão para cobrir eventuais perdas no montante de R\$ 7.295 (2012 - R\$ 5.732), valores atualizados que ainda serão debatidos na via judicial.

Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda caminhará na esfera judicial, momento em que a Companhia poderá ser solicitada a depositar judicialmente os valores envolvidos.

a.2) Despachos Decisórios e Autos de Infração - COFINS/PIS

A Companhia responde administrativamente, a Despacho Decisório referente a compensação das mencionadas contribuições com outros tributos federais e autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal de Camaçari relativo a questionamentos sobre as declarações de PIS e COFINS dos anos base 1998 e 2000. A Administração, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 1.332, em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 1.448), controladora e consolidado conforme demonstramos a seguir:

<u>Processos</u>	<u>Tributos</u>	<u>Valor atualizado do Auto</u>	<u>Valor da provisão</u>
13501.000.294/2003-21	COFINS	2.194	945
13.502-902.432/2012-90	COFINS	375	126
13501.000.293/2003-87	PIS	124	124
13.502-902.424/2012-43	PIS	301	100
13.502-902.425/2012-98	PIS	108	37
		<u>3.102</u>	<u>1.332</u>

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.3) Despachos Decisório : CSLL - Contribuição Social s/ Lucro Líquido

Os valores provisionados referem-se a discussões referente a utilização de créditos pagos a maior através da utilização de pedidos de compensação, Per/Dcomp, utilizados para liquidar débitos de outros tributos federais, onde a Delegacia da Receita federal de Camaçari expediu Despachos decisórios, estes processos encontram-se em fase administrativas através de Manifestação de Inconformidade. A Administração, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 355, em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R\$ 2.728), controladora e consolidado.

a.4) Auto de Infração : ICMS - CIAP

A Companhia compensou créditos de Impostos sobre circulação de mercadorias e Serviços sobre controle do ativo imobilizado, ICMS – CIAP, os quais foram questionados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia que lavrou Auto de infração, por entenderem que referidos créditos de aquisições de mercadorias, embora fossem adquiridos para construção de bens que integraram o imobilizado, são mercadorias classificadas pelo fisco como materiais para uso e consumo. A Administração, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 91 em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R\$ 605), controladora e consolidado.

a.5) Despacho Decisório – IPI – IRRF e IRPJ

A Companhia protocolou junto a Receita Federal do Brasil, Manifestação de inconformidade, referente a Despacho Decisório, contra a compensação de créditos dos do Impostos de Produtos Industrializados – IPI e Impostos de Renda Retido na Fonte-IRRF, através de pedido de compensação para liquidação de débito de outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A Administração, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 855, em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R\$ 716), controladora e consolidado.

b) Processos de natureza administrativa

		Controladora e Consolidado	
		2013	2012
SESI – Serviço Social da Indústria	(b.1)	170	
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	(b.1)	211	
SRTE/BA – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado da Bahia	(b.2)	239	234
Outros		95	90
		715	324

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b.1) Processos 04452, 04453/BA e 04458/DN – SENAI/SESI

A Companhia mantém discussões relativas aos questionamentos das referidas entidades, quanto aos descumprimentos de acordo no convênio para arrecadação direta com prestação de serviços assistenciais prevista no art. 3º Decreto Lei 9.403/46, do Termo de Cooperação Técnica e financeira, previsto no art. 4º Decreto lei 4.048/4, débito referente a contribuição adicional devida conforme art. 6º do Decreto Lei 4.048 e art. 3º Decreto lei 4.936/42. Baseada na posição dos seus assessores jurídicos constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 381, em 31 de dezembro de 2013, controladora e consolidada.

b.2) Processos Diversos – SRTE/BA

A Companhia é parte em processos de natureza administrativas, em andamento, junto a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado da Bahia – SRTE/BA referente substancialmente a: descumprimento de concessão de jornada de trabalho, má utilização de material de EPI, disponibilização nas frentes de trabalhos instalações sanitárias proporção inferior a um conjunto para cada grupo composto de 40 trabalhadores. Baseada na posição dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 239, em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 234), controladora e consolidado.

(c) Processo de natureza ambiental

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
IMA - Instituto Meio Ambiente	423	600

A Companhia possui autos de infração do Instituto do Meio Ambiente (IMA) no montante atualizado de R\$ 1.356, para o qual possui provisões constituída de R\$ 423 em 31 de dezembro de 2013(2012 - R\$ 600). Esses autos de infração estão sendo defendido administrativamente.

(d) Processo de natureza Cíveis

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos cíveis relativos à indenização por reparação de danos e perdas materiais . Baseada na posição de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 1.480, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 2.704), Controladora e Consolidado.

(e) Trabalhistas

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária e versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). O montante provisionado é de R\$ 2.014, em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 3.210), controladora e consolidado.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2 Passivos contingentes com expectativa de perdas possíveis

(i) Crédito prêmio do IPI

A Companhia propôs ação judicial no 00.0060209/4 contra a União em 1987, a qual tramitou na 5a Vara de Justiça Federal da Bahia, cujo objeto referiu-se ao Crédito Prêmio do IPI, nos termos do Decreto Lei no 491/69 e Decreto no 64.833/69, relativo aos incentivos decorrentes das exportações realizadas no período de 10 de janeiro de 1982 a 30 de abril de 1985.

A referida ação judicial obteve decisão favorável, transitada em julgado em 6 de outubro de 1995, cuja determinação garantiu à Companhia o direito à compensação dos créditos existentes e condenou a União ao pagamento da verba honorária de sucumbência.

Diante da decisão transitada em julgado, a Companhia requereu a homologação dos créditos através do processo administrativo no 13501.000019/2002-27, os quais foram compensados com débitos de diversos tributos federais.

A Delegacia da Receita Federal de Camaçari emitiu em 11 de janeiro de 2006 a intimação no 0032/2006 exigindo que a Companhia comprovasse a desistência da execução do título judicial perante o Poder Judiciário e a assunção de todas as custas do processo de execução, inclusive os honorários advocatícios, sob pena de não homologar as compensações requeridas. Em 10 de fevereiro de 2006, a Companhia contestou as exigências da intimação 0032/2006.

Por meio do Despacho Decisório DRF/CCI/SAORT no 24/2007 a Delegacia da Receita Federal de Camaçari decidiu pela não homologação dos créditos compensados, exigindo a cobrança dos tributos na ordem de R\$ 75.680.

Por este motivo, a Companhia interpôs recurso voluntário nº 155.658 perante o Conselho de Contribuintes, o qual teve o provimento negado. A Companhia interpôs recurso especial protocolado em 9 de dezembro de 2010, o qual se encontra em fase de julgamento, sendo a perspectiva de êxito remota na esfera administrativa.

Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda será questionada na esfera judicial, quando a probabilidade na opinião dos assessores jurídicos internos e externos é provável, pois o direito à compensação dos créditos é líquido e certo, conforme determinação judicial já transitada em julgado.

O valor do suposto débito atualizado corresponde a R\$ 79.862 (2012 - R\$ 75.680), para o qual não foi constituída provisão, tendo em vista o prognóstico de êxito já mencionado.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.3 Ativos contingentes

(i) PIS - Leis nºs 2.445 e 2.449/88

A Companhia obteve decisão judicial quanto aos créditos provenientes da ação ajuizada visando a declaração do direito de não recolher o PIS com base nos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, já declarados inconstitucionais, bem como de ter restituído os valores que foram pagos a maior a título da citada contribuição.

Em vista a procedência da ação, foi requerida a Execução da mesma, tendo sido apresentada planilha com a discriminação dos valores a serem restituídos. A União Federal opôs Embargos à Execução e, ao julgá-los, o juiz homologou o laudo pericial, fixando o montante de R\$ 2.444. De acordo com as práticas contábeis, a Companhia não efetuou registro deste ativo para 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

A União Federal interpôs recurso de apelação e os autos encontram-se no Tribunal Regional Federal 1ª Região para julgamento. Outrossim, de forma arbitrária, ajuizou execuções fiscais contra a Companhia e suas controladas, as quais foram devidamente embargadas/contestadas pela Administração.

(ii) Empréstimo compulsório Eletrobras

A Companhia e suas controladas Damacal e Mineração Jacurici possuem ação declaratória nº 2003.33.00.029795-5 através da qual solicitam a restituição, com a devida correção monetária, de créditos oriundos do empréstimo compulsório instituído em favor da Eletrobras no período de janeiro de 1977 a fevereiro de 1994.

A ação foi julgada procedente pelo Juiz da 10ª Vara Federal, reconhecendo que deve ser aplicada a correção monetária plena (ORTN, OTN, BTN, IPC, INPC, UFIR e taxa SELIC), nos valores arrecadados a título de empréstimo compulsório instituído em favor da Eletrobras, abarcando os valores já convertidos em ações, bem como os que iriam ser convertidos por intermédio da terceira conversão.

O juiz singular não reconheceu a aplicação dos juros de mora de 1% a partir do trânsito em julgado da presente ação conforme preceitua o artigo 167 do CTN, e ainda reconheceu que uma parte do crédito em tela encontra-se prescrito. Sendo assim, em 5 de agosto de 2004, os autores interpuseram recurso de apelação com relação a tais itens.

Em 14 de dezembro de 2007 foi publicado o acórdão reconhecendo em parte a aplicação da correção monetária pleiteada na exordial, pois afastou a incidência da taxa SELIC. Reconheceu também que os valores recolhidos antes de 25 de novembro de 1977 estão prescritos.

Em sendo assim, foram interpostos recursos especiais pela administração e pela União Federal.

A Eletrobras interpôs embargos infringentes ao acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região, os quais foram julgados improvidos. Assim, a Eletrobras, em 23 de junho de 2010, também interpôs recurso especial e extraordinário, o qual foi inadmitido e interposto agravo de instrumento contra este despacho.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que o processo retornasse ao relator da apelação para exercício do juízo de retratação, para que seja adequado ao entendimento consolidado no Supremo Tribunal de Justiça.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 14 de novembro de 2011 foi prolatado Acórdão adequando ao entendimento consolidado do Supremo Tribunal de Justiça. Sendo assim, ficou reconhecida a correção monetária da 3ª conversão do empréstimo compulsório instituído em favor da Eletrobrás. E em 21.11.2011 a Companhia opôs Embargos de Declaração.

Em 18.05.2012 os embargos de Declaração foram rejeitados. E em 04.06.2012 Eletrobrás interpôs Recurso Especial.

A União Federal, em 06.06.2012, protocolou requerimento reiterando as razões do Recurso Especial anteriormente interposto. Sendo o Recurso Especial da União Federal negado eo Recurso Especial da Eletrobrás inadmitido.

O processo em questão foi remetido para a vara de origem (10ª Vara Federal/BA) para iniciar a liquidação do julgado.

Em 24 de setembro de 2013, A Companhia protocolou petição solicitando que a Eletrobrás fornecesse extrato do empréstimo compulsório em comento mês a mês do período de 1986 a 1994.

O juiz singular determinou que a Eletrobrás se manifestasse sobre a referida petição e apresentasse os documentos solicitados. A Eletrobrás solicitou prorrogação do prazo e foi deferido.

Em 28 de novembro de 2013, o juiz singular mandou intimar a Eletrobrás mais uma vez para apresentar a documentação solicitada, sob pena de imposição de multa diária de R\$ 200,00.

Os valores objetos da presente ação, serão apurados de forma segura quando da obtenção das documentações solicitadas para liquidação dos créditos.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Saldos e transações com acionistas e
partes relacionadas**

	<u>Transações</u>		<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
	<u>Custos com arrendamento (i)</u>	<u>Receita de vendas (ii)</u>	<u>Contas a receber de clientes (iii)</u>	<u>Dividendos a receber (iv)</u>	<u>Fornecedores (v)</u>	<u>Juros sobre o capital próprio (vi)</u>
Acionistas						
Fundação José Carvalho						6.767
Controladas				61		
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.	840					
Silbasa						
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360					
Reflora e outros	96				21	
Parte relacionada						
Marubeni Corporation		64.377	1.670			
Total em 31 de dezembro de 2013	1.296	64.377	1.670	61	21	6.767
Total em 31 de dezembro de 2012	1.296	93.042	5.694	524	21	9.242

(i) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas, conforme mencionado na Nota 12.

(ii) Receita por venda de ligas (FeSi 75%) à vinculada no exterior.

(iii) Contas a receber por venda de ligas (FeSi 75%) à vinculada no exterior.

(iv) Dividendos a receber sobre o resultado apurado no exercício de 2013.

(v) Contas a pagar ao projeto Florestal Pontes I.

(vi) Juros sobre o capital próprio proposto pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de dezembro de 2013.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Garantias e avais

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

(b) Honorários da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários	5.583	5.067	5.754	5.098
Encargos sociais	2.068	1.701	2.084	1.702
Benefícios (i)	412	935	412	935
Participação nos lucros (ii)	5.455	5.098	5.455	5.098
	<u>13.518</u>	<u>12.801</u>	<u>13.705</u>	<u>12.833</u>

(i) Inclui: previdência privada, seguro executivo e assistência médica/odontológica.

(ii) Nota 26.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 985.205 (2012 - R\$ 897.735) e está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias, das quais 40 mil estão em tesouraria, e 58.880 mil ações preferenciais é assim distribuído:

	2013		2012	
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho	29.086.696	15.416.000	29.078.696	15.556.000
Fundo Fator Sinergia III e IV FIA		4.715.300		4.033.300
Norges Bank		4.230.700		4.230.700
VBI Exclusivo Ações Fundo Inv.		11.450.300		9.343.700
Ações em tesouraria	40.000		40.000	
Outros (<i>free float</i>)	<u>313.304</u>	<u>23.067.700</u>	<u>321.304</u>	<u>25.716.300</u>
	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

As assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas em 24 de abril de 2013, aprovaram o aumento do capital social da Companhia de R\$ 897.735 para R\$ 985.205, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 87.470. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, houve deliberação sobre o aumento do limite do valor do capital social autorizado da Companhia, para R\$ 1.200.000 e o pagamento dos dividendos propostos.

21.2 Ações em Tesouraria

O objetivo da aquisição dessas ações refere-se ao reembolso dos acionistas dissidentes e estão representadas por 40 mil ações ordinárias. O custo médio de aquisição foi de R\$ 0,06 por ação. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação em Bolsa de Valores de São Paulo encontra-se apresentado a seguir:

	2013	2012
Quantidade de ações em tesouraria	40.000	40.000
Cotação por ação na BM&FBOVESPA - R\$	19,00	10,51

21.3 Direito das ações

As ações ordinárias só poderão pertencer a brasileiros ou pessoas jurídicas com a totalidade do capital social pertencente a brasileiros.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

21.4 Reservas

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

(b) Reserva de lucros (Incentivo fiscal - imposto de renda)

A reserva de lucros relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída acionistas, na forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Esta reserva contempla também valor de realização da subvenção (reinvestimento do imposto de renda).

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reserva para realização de investimento

Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2013, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, será submetido pelos órgãos da Administração à Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre o balanço do exercício. O saldo referente à apropriação da reserva para investimentos do exercício de 2012 foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2013.

21.5 Ajuste de avaliação patrimonial (ICPC 10)

A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente diverge do valor justo de realização destes ativos.

A definição dos custos atribuídos às terras da Companhia foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por um profissional terceirizado especializado no assunto, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

A contrapartida do saldo foi o registrado no patrimônio líquido, no grupo "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes de R\$ 38.815, controladora. A Companhia registrou também o efeito reflexo do ajuste do custo atribuído às terras das controladas em 1º de janeiro de 2009, em contrapartida do investimento.

O imposto de renda e a contribuição social sobre reavaliações de ativos remanescentes no balanço da Companhia em atendimento a prática contábil vigente foi registrado deduzindo-se do saldo da reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, assim como adicionada a provisão diferida dos impostos no passivo. A realização dos impostos será efetuada mediante a realização dos ativos, por venda destes ativos.

21.6 Dividendo adicional proposto

Constituída com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante a aprovação em Assembleia Geral Ordinária quanto à sua distribuição.

21.7 Dividendos propostos e juros sobre capital próprio

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuída aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia.

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício de 2013, a Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos complementares ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	2013
(=) Lucro líquido do exercício	73.483
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(3.674)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento)	(11.576)
(=) Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	<u>58.233</u>
Juros sobre o capital próprio do exercício de 2013 (calculados em dezembro de 2013)	
R\$ 0,146993492 por lote de mil ações ordinárias	4.322
R\$ 0,161692841 por lote de mil ações preferenciais	<u>9.520</u>
	<u>13.842</u>
Dividendos, mínimo obrigatório (em complemento ao JSCP)	
R\$ 0,029653963 por lote de mil ações ordinárias	872
R\$ 0,032619359 por lote de mil ações preferenciais	<u>1.920</u>
	<u>2.792</u>
Proposta de dividendos complementares do exercício de 2013 para aprovação na AGO	
R\$ 0,008870662 por lote de ação ordinária	261
R\$ 0,009757729 por lote de ação preferencial	<u>575</u>
	<u>836</u>
Total de dividendos distribuídos/propostos do resultado do exercício	<u>17.470</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>30,00</u>

O lucro remanescente do exercício não distribuído sob a forma de dividendos é destinado à constituição de reservas para investimento, conforme proposta de destinação do resultado, a ser apresentada em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração, conforme deliberação tomada em reunião realizada em 17 de dezembro de 2013 aprovou a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio em conformidade com a Lei nº 9.249/95, que serão imputados ao valor dos dividendos propostos, relativos ao exercício de 2013, para todos os efeitos legais, cujo pagamento se iniciará em 18 de março de 2014.

Os juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 13.842, provisionados e ainda não pagos (2012, R\$ 18.841) foram contabilizados como despesa financeira no exercício para fins fiscais. Em atendimento à deliberação CVM nº 207/96, foram revertidos dos resultados dos respectivos exercícios, não produzindo desta forma, efeito nos lucros líquidos destes. Os juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 18.841 foram pagos durante o exercício de 2013.

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 15%.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2013 foi aprovada a distribuição aos acionistas de R\$ 1.914, referente aos dividendos complementares.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.8 Resultado por ação

Conforme definido pelo CPC 41 - "Resultado por Ação", o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

	Operações continuadas	
	2013	2012
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	73.483	85.326
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível		
as ações ordinárias	22.963	26.639
as ações preferenciais	50.520	58.687
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Quantidade média ponderada de ações		
ordinárias emitidas	29.440.000	29.440.000
preferenciais emitidas	58.880.000	58.880.000
Resultado básico/diluído por ação (em R\$)		
as ações ordinárias	0,7800	0,9061
as ações preferenciais	0,8580	0,9967

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	775.947	656.332	775.947	656.332
Mercado externo	209.072	206.462	209.072	206.462
	<u>985.019</u>	<u>862.794</u>	<u>985.019</u>	<u>862.794</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(9.067)	(6.903)	(9.067)	(6.903)
Impostos sobre vendas	(192.110)	(157.379)	(192.230)	(157.499)
ICMS DESENVOLVE	16.050	9.010	16.050	9.010
	<u>(185.127)</u>	<u>(155.272)</u>	<u>(185.247)</u>	<u>(155.392)</u>
Receita líquida de vendas	<u>799.892</u>	<u>707.522</u>	<u>799.772</u>	<u>707.402</u>

Em função do volume vendido e preços praticados no mercado interno durante o exercício de 2013, a Companhia auferiu benefício do ICMS Desenvolve no montante de R\$ 16.050 (2012 - R\$ 9.010), o que impactou positivamente as deduções de vendas, tendo em vista que o registro desta subvenção ocorreu diretamente na rubrica de ICMS sobre vendas.

23 Despesas por natureza

Abaixo demonstramos a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(383.641)	(335.863)	(382.783)	(334.968)
Despesas com prestação serviços	(44.048)	(33.830)	(44.211)	(34.016)
Despesas com pessoal (*)	(235.993)	(199.458)	(236.180)	(199.489)
Despesas com aluguel de equipamentos	(5.662)	(2.942)	(5.662)	(2.942)
Despesas com manutenção e reparos	(30.102)	(28.073)	(30.102)	(28.073)
Despesas com depreciação, amortização e exaustão	(56.174)	(56.059)	(56.391)	(56.294)
Provisão para contingências	5.070	(3.527)	5.070	(3.527)
Combustíveis e lubrificantes	(11.626)	(10.701)	(11.626)	(10.701)
Despesa imobilizado baixado	(426)	(138)	(426)	(138)
Receita venda imobilizado	1.008	245	1.008	245
Receita tributária	12.563	16.088	12.563	16.088
Total das despesas/receitas operacionais e custos dos produtos vendidos	<u>(749.031)</u>	<u>(654.258)</u>	<u>(748.740)</u>	<u>(653.815)</u>

(*) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos dos produtos vendidos	(664.281)	(570.473)	(663.148)	(569.390)
Despesas com vendas	(11.538)	(10.097)	(11.538)	(10.097)
Despesas gerais e administrativas	(43.888)	(35.089)	(44.202)	(35.456)
Honorários dos administradores e				
Participações nos lucros	(13.518)	(12.801)	(13.705)	(12.833)
Participação nos lucros dos funcionários	(6.108)	(7.859)	(6.108)	(7.859)
Outras líquidas	(9.698)	(17.939)	(10.039)	(18.181)
	<u>(749.031)</u>	<u>(654.258)</u>	<u>(748.740)</u>	<u>(653.816)</u>

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	14.763	23.494	18.441	26.956
Variação cambial	2.916	1.845	2.916	1.845
Outras receitas	1.138	3.143	1.189	3.216
	<u>18.817</u>	<u>28.482</u>	<u>22.546</u>	<u>32.017</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre adiantamento de contrato de câmbio	(1)	(143)	(1)	(143)
Juros pagos ou incorridos	(307)	(68)	(307)	(79)
Atualização provisão para fechamento das minas	(688)	(903)	(688)	(903)
Variação cambial	(2.398)	(2.571)	(2.398)	(2.571)
Outras	(2.297)	(539)	(2.481)	(539)
	<u>(5.691)</u>	<u>(4.224)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>(4.235)</u>
	<u>13.126</u>	<u>24.258</u>	<u>16.671</u>	<u>27.782</u>

25 Segmentos operacionais

**25.1 Critério de identificação de
segmentos operacionais**

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração (representada pelo diretor-presidente), gerencia o negócio e com base nos critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 08 - "Informação por Segmento"). Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

- (a) Segmento de ligas de cromo - envolve as operações de ferroligas de cromo alto e baixo carbono para abastecimento do mercado siderúrgico nacional e internacional.
- (b) Segmento de silício - envolve as operações de ferroligas de silício 75% especial que abastece substancialmente o mercado externo e o silício 75% *standard* e especial que abastece o mercado nacional de siderurgia.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado - 2013			
	Ligas de cromo	Ligas de silício	Outros segmentos/ corporativo	Total
Vendas líquidas				
Mercado interno	453.479	116.496	24.651	594.626
Mercado externo	72.040	133.106		205.146
	525.519	249.602	24.651	799.772
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16.521	8.913		25.434
Custo dos produtos vendidos	(408.710)	(220.482)	(33.956)	(663.148)
Lucro bruto	133.330	38.033	(9.305)	162.058
Despesas operacionais	(56.241)	(26.713)	(2.638)	(85.592)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	77.089	11.320	(11.943)	76.466
Vendas de produtos (tonelada) (*)				
Mercado interno	152.060	41.322	1.794	195.176
Mercado externo	24.568	40.474		65.042
	176.628	81.796	1.794	260.218

(*) Informação não auditada.

	Consolidado - 2012			
	Ligas de cromo	Ligas de silício	Outros segmentos/ corporativo	Total
Vendas líquidas				
Mercado interno	390.953	84.952	27.992	503.897
Mercado externo	35.608	167.897		203.505
	426.561	252.849	27.992	707.402
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9.993	6.389		16.382
Custo dos produtos vendidos	(338.227)	(216.260)	(14.903)	(569.390)
Lucro bruto	98.327	42.978	13.089	154.394
Despesas operacionais	(50.795)	(30.177)	(3.454)	(84.426)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	47.532	12.801	9.635	69.968
Vendas de produtos (tonelada) (*)				
Mercado interno	135.462	33.731	577	169.770
Mercado externo	8.127	52.226		60.353
	143.589	85.957	577	230.123

(*) Informação não auditada.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo na coluna outros segmentos/corporativo envolve substancialmente receitas e despesas da mineração e despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

26 Participações estatutárias

O estatuto social da Companhia estabelece que do resultado do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, serão deduzidos:

- . até 10% para distribuição aos empregados, a critério da Diretoria Executiva e obedecida as normas estabelecidas pela Companhia sobre o assunto;
- . até 10% do saldo resultante para gratificação aos administradores.

A Companhia possui Acordo de Participação nos Lucros/Resultados assinado com uma comissão, eleita pelos funcionários, e integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria, que estabelece critérios e metas de desempenhos individuais e coletivas, as quais são utilizadas para fins de mensuração dos valores a serem pagos aos funcionários.

No exercício de 2013 a Companhia provisionou participações a administradores e empregados no montante de R\$ 11.563 (2012 - R\$ 12.957), sendo R\$ 6.108 (2012 - R\$ 7.859) relativos aos empregados. Parcela dos administradores - Nota 20 (b).

27 Plano de aposentadoria complementar

A Companhia mantém como um dos seus principais benefícios a colaboradores o Plano de Aposentadoria Complementar – Previdência Privada, que integra o programa de responsabilidade social empresarial, prevista no artigo 29 do Estatuto Social.

Este plano de previdência complementar foi instituído a partir de contrato firmado com a BRASILPREV Seguros e Previdência S.A., relativo ao plano de contribuição definida. Todos os colaboradores estão contemplados pelo Plano, divididos nos seguintes Grupos:

- . Grupo 1: Colaboradores que recebem salário acima do Teto Previdenciário e que possuíam, até 31/12/2006, idade inferior a 55 anos. As contribuições são realizadas tanto pelos colaboradores quanto pela Ferbasa numa proporção de 1 para 1, com exceção nos casos em o colaborador decide contribuir mais do que 8% do seu salário base, pois a contribuição da Companhia é limitada a 8%.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. Grupo 2: Colaboradores que recebiam salário acima do Teto Previdenciário e que em 31 de dezembro de 2006 possuíam idade igual ou superior a 55 anos. As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes serão integralmente custeadas pela Companhia, que efetuou uma única contribuição na forma de aporte até 31 de dezembro de 2009.

. Grupo 3: Colaboradores que recebem salário abaixo do Teto Previdenciário. As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes serão integralmente custeadas pela Companhia. Trata-se de um aporte único pago ao colaborador quando do término do seu vínculo com a Ferbasa, desde que ele tenha passado, pelo menos, 10 anos ininterruptos trabalhando para a Ferbasa.

Em 23 de dezembro de 2008 a Companhia procedeu com o aporte único à contribuição referente aos participantes do Grupo 2 no montante de R\$ 15.136, realizando a provisão já existente até aquela data, a qual montava a R\$ 6.564. O desembolso com as contribuições, em 31 de dezembro de 2013, dos Grupos 1 e 3 corresponderam a R\$ 3.338 (2012 - R\$ 2.568).

Este plano de benefício vem atender a necessidade de adequar a Companhia às melhores práticas de administração de pessoal e foi registrado de acordo com os procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 371/2000.

28 Compromissos

Obrigações por arrendamentos operacionais

A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Reflora, Silbasa, Damacal e Jacurici, conforme mencionado na Nota 12. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, os quais são vigentes até o próximo aditamento contratual.

O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2013 a abril de 2014 totaliza R\$ 108 por mês.

A despesa com arrendamento totalizou R\$ 1.296, nos exercícios de 2013 e de 2012.

A Companhia e suas controladas não possuem na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que não foram divulgados nas demonstrações financeiras.

29 Cobertura de seguros

Face à natureza de sua atividade, à distribuição das florestas em diversas áreas distintas e às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos, é política da Companhia contratar cobertura de seguros apenas para os bens do ativo imobilizado sujeito a riscos. Não é prática da Companhia contratar seguros para a totalidade dos investimentos florestais.

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil no valor de R\$ 7.256 para 31 de dezembro de 2013.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Eventos subsequentes

A CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA, como titular ou arrendatária de direitos minerários, foi devidamente cientificada no dia 14 de fevereiro de 2014 pelo DNPM acerca do Ofício n.º 08/2014 referente à decisão da revisão dos débitos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM atinentes às NFLDP n.ºs. 19, 20, 21, 22 e 23/2007 - respectivamente, processos de cobrança n.ºs 971.134/2006, 971.135/2006, 971.136/2006, 971.137/2006 e 971.138/2006 expedidos no ano de 2007, processos estes já identificados na Nota 19.1. O valor da notificação é de R\$ 68.081.

No trabalho de revisão dos débitos, o DNPM introduziu um critério novo de autuação, mais especificamente a mudança do marco temporal de incidência da CFEM para etapa posterior do “Forno de Alto Carbono” (forno elétrico de redução arco submerso).

A Notificada apresentou individualmente suas defesas administrativas combatendo a nova tese apresentada pelo DNPM e ratificando todos os termos da defesa e recurso já apresentados quando das cobranças iniciais de 2007, requerendo, em síntese, a NULIDADE plena das respectivas NFLDP's e, por via de consequência, a improcedência e o arquivamento dos Processos de Cobrança acima destacados.

Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda caminhará na esfera judicial, momento em que a Companhia poderá ser solicitada a depositar judicialmente os valores envolvidos.

Baseada na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia tem expectativa de êxito parcial, na esfera judicial, no desfecho dessa contingência.

* * *